

UM PAÍS DOIS SISTEMAS POLÍTICOS, UM TERRITÓRIO VÁRIOS SISTEMAS LINGUÍSTICOS*

*Rui Manuel de Sousa Rocha***

1. INTRODUÇÃO

Existe uma convicção generalizada entre os cidadãos das sociedades ocidentais de que o monolinguismo é a forma normal de comunicação da maioria dos povos.

Esta convicção é, por sua vez, institucionalmente promovida pelas políticas governamentais, em matéria linguística, já que menos de 1/4 das nações do mundo dá reconhecimento oficial a duas línguas e apenas seis reconhecem três ou mais línguas.

No entanto se atendermos mais à realidade linguística de cada país ou território do que às políticas linguísticas, deparam-se-nos realidades bastante diferentes. Não encontramos, seguramente, países totalmente monolíngues.

E constatamos também, por outro lado, que não só o bilinguismo (multilinguismo) é a forma normal de comunicação de centenas de milhões de pessoas do mundo inteiro como igualmente o bilinguismo (multilinguismo) é uma tendência crescente e inevitável num planeta que diariamente dialoga consigo próprio em diferentes sistemas linguísticos, através de diferentes formas e meios de comunicação.

É por isso comum encontrarmos, em muitas partes do mundo, comunidades com pessoas que falam várias línguas: uma ou duas na família, outra na aldeia, outra por motivos comerciais e outra ainda com o mundo exterior em organizações políticas e sociais mais vastas.

* Comunicação apresentada no «Seminário internacional das línguas faladas em Macau: evolução no período de transição», organizado pela Associação de Ciências Sociais de Macau entre 28 e 31 de Março de 1992.

** Subdirector do Serviço de Administração e Função Pública.

Uma das virtudes do contacto com culturas diferentes da nossa, é a de permitir-nos tomar maior consciência da nossa própria cultura.

Assim numa das minhas viagens pela Índia deparei com uma situação particularmente interessante em termos sociolinguísticos como a que acabei de referir. Foi em Leh, capital da região indiana de Ladakh, do Estado de Jammu e Kashmir, em que a gerente de um hotel local se exprimia fluente e indiferentemente em quatro línguas: hindi, urdu, ladakhi e inglês.

A singularidade deste caso está na espantosa capacidade daquele ser humano poder exprimir-se, e creio que ler também, em sistemas linguísticos tão diferentes:

- O hindi — língua indoeuropeia da Índia com alfabeto próprio — o devanagari;
- O urdu — língua indoeuropeia da Índia próxima do hindi mas com alfabeto árabe próximo do persi;
- O ladakhi — variante dialectal do tibetano, uma das línguas tonais da Ásia e com alfabeto próprio — o tibetano;
- O inglês — língua germânica indoeuropeia com alfabeto latino.

Esta situação multilinguística, de resto mais ou menos comum em muitas zonas na Ásia, levou-nos a pensar em Macau como espaço de convergência multilinguística e simultaneamente a colocar as questões seguintes:

Qual o valor contrastivo de cada um dos códigos linguísticos num espaço multilinguístico e particularmente no espaço de Macau? Que papéis e funções desempenham? Que estratégias de ensino e de formação existem ou devem existir ao nível dos ensinos secundário e superior para irem de encontro às necessidades comunicacionais dos cidadãos que integram esse espaço linguístico?

2. CÓDIGOS LINGUÍSTICOS E ESPAÇO MULTILINGUÍSTICO

2.1. OS CONCEITOS

Alguns conceitos vão, ao longo deste texto, ser utilizados como: código linguístico, bilinguismo e diglossia. Sumariamente direi com que sentido os irei utilizar.

2.1.1. CÓDIGO LINGUÍSTICO

Utilizo código linguístico como um sistema de sons, palavras e estruturas gramaticais que permitem aos seres humanos «significarem-se», darem a conhecer aos outros os seus pensamentos. Assim código linguístico tanto poderá ser uma língua como um dialecto.

Isto porque como se sabe a relação entre língua e dialecto é extremamente complexa e os critérios utilizados para a sua diferenciação estão muitas das vezes mais referenciados a aspectos de ordem política, social, cultural, geográfica e até económica do que propriamente à sua mútua inteligibilidade.

De facto a realidade linguística é muitas vezes bem diferente das realidades ou aspirações políticas, sociais, culturais ou geográficas.

Ao estabelecer-se a diferenciação entre língua e dialecto tem-se adoptado o conceito de mútua inteligibilidade como critério principal, sendo a língua caracterizada como um sistema de sons, palavras e estruturas gramaticais próprias e o dialecto como uma variedade regional ou socialmente distinta da primeira. Por outras palavras, duas pessoas falarão uma língua e um dialecto quando, mesmo com diferenças fonéticas, sintácticas e outras, conseguem estabelecer comunicação, compreendendo-se; duas pessoas falarão línguas diferentes quando não conseguem comunicar.

Porém o critério da inteligibilidade não explica obviamente as diferenças entre língua e dialecto que se estabelecem em determinados conjuntos de códigos linguísticos.

Porque se assim fosse o português e o espanhol seriam variantes dialectais uma da outra conforme se institucionalizasse o carácter de língua a um ou a outro dos códigos linguísticos, assim como aconteceria com as línguas sueca, norueguesa e dinamarquesa, por exemplo.

Inversamente os chamados dialectos chineses como o mandarim, o wú, o gàn, o xiāng, o kèjiǎ, o yuè e o min, que são mutuamente ininteligíveis em vários graus das suas formas de falar, deveriam designar-se de línguas. Há mesmo quem fale mais em família de línguas chinesas do que de dialectos.

Relativamente às línguas portuguesa e espanhola, foram as diferentes histórias nacionais, as diferentes literaturas e as diferentes culturas que garantiram uma autonomia linguística para cada uma delas dentro do respectivo grupo linguístico a que pertencem.

Mas no caso da língua chinesa, eu diria que a situação é totalmente oposta.

O povo chinês, independentemente das suas diferenças linguísticas, tem um forte sentimento de pertença a uma herança histórica e uma tradição cultural comuns que remonta aos tempos do Império Han, senão antes. Além disso o Império Han tal como o Império Romano divulgou a sua escrita por todas as áreas de ocupação e essa escrita manteve-se como escrita comum até aos nossos dias, sem alterações sensíveis.

«E o poder da unificação exercida dentro da cultura chinesa pela escrita chinesa não pode ser subestimado»¹.

¹ Ramsey, S. R., *The Languages of China*, Princeton University Press, N. J. 1986, pág. 18.

Adoptei portanto a expressão código linguístico, em vez de língua, na relação com o espaço multilinguístico, uma vez que me irei referir ao espaço multilinguístico de Macau e assim ser-me-á mais fácil utilizar esta expressão neutra do que ter de atribuir, por exemplo, o valor de dialecto ao cantonês no contexto histórico e social da realidade de Macau e de língua ao pütõnghuà quando a minha reflexão irá dirigir-se mais para o sistema de escolhas de códigos, face aos papéis e funções que aqueles desempenham ou irão desempenhar.

2.1.2. BILINGUISMO (MULTILINGUISMO)

Várias têm sido as definições e tentativas de tipologias por forma a abranger as mais variadas e diferentes situações de bilinguismo (multilinguismo) encontradas pelo mundo.

Porém no conjunto dessas definições e tipologias existe um denominador comum a todas elas, caracterizador do fenómeno bilinguístico, e que é a dupla capacidade de comunicação eficaz entre dois ou mais diferentes «mundos», utilizando dois sistemas linguísticos².

O «bilinguismo não é portanto um fenómeno da linguagem, é uma característica da sua utilização. Não é a manipulação do código mas da mensagem. Não pertence ao domínio da língua mas da palavra»³.

DIGLOSSIA

Noção desenvolvida por Ferguson⁴ e que envolve duas variedades de um sistema linguístico utilizados na comunidade de falantes: uma variedade formal, designada H (*high*) e uma forma vernácula ou popular, designada L (*low*). A primeira é a do discurso político, do prestígio social e cultural associada à herança histórica e literária, gramaticalmente mais complexa, standardizada muitas vezes internacionalmente e relativamente estável; a segunda é a do discurso informal da família e dos amigos, adquirida em casa, gramaticalmente menos complexa, com grande ênfase na oralidade, e pouco standardizada.

3. CÓDIGOS LINGUÍSTICOS E SISTEMAS DE ESCOLHA

Quando Fishman⁵ formula as questões «Quem fala que língua, para quem, quando, onde e porquê?» está a encaminhar-nos para

² Beardsmore, H. B., *Bilingualism: Basic Principles*, Multilingual Matters Ltd., Avon, 1986, pág. 36.

³ Beardsmore, H. B., *opt cit.*

⁴ Appel, R.; Muysken, P., *Language Contact and Bilingualism*, Edward Arnold, London, 1988, pág. 24.

⁵ Appel, R.; Muysken, P., *op. cit.*

dois tópicos importantes: os domínios do comportamento linguístico e as razões da escolha de determinados códigos linguísticos e da mudança de uns para outros num universo bi ou multilinguístico.

O espaço multilinguístico pode resultar de diversos factores como:

- Geográficos — dada a proximidade territorial de outro grupo etnolinguístico e a necessidade de desenvolver intercâmbios diversificados;
- Demográficos — em que os fenómenos migratórios têm, nalgumas situações, sido determinantes, como no exemplo paradigmático de Singapura;
- Históricos — tais como os processos de ocupação militar e de colonização que introduziram a língua do colonizador e que é perpetuada até aos nossos dias pelo sistema de ensino;
- Económicos — atendendo, designadamente, à interdependência dos blocos comerciais com sistemas de preferência e mercados comuns;
- Políticos — como, por exemplo, a necessidade de atenuar conflitos interétnicos ou etniconacionalistas.

Um ou mais destes factores fazem convergir e coexistir grupos étnicos e linguísticos diferentes, criando uma rede sociocultural com diferentes códigos linguísticos em contacto.

Estão portanto criadas as condições para o aparecimento do fenómeno bi ou multilinguístico.

Porém nem todos os códigos em presença têm o mesmo valor para cada falante. Cada actor bilingue irá, relativamente a cada um dos códigos e às suas necessidades sociais, proceder a um sistema de escolhas, de acordo com o valor contrastivo baseado nos papéis e funções que cada um desempenha na organização social.

O modelo de Mühlhäusler integra as diferentes abordagens sobre esta matéria, distinguindo suas funções e respectivas «utilidades», pelas quais um código linguístico pode ser escolhido⁶:

A função referencial — o universo ideológico de referência, designando os objectos que o constituem mesmo quando estes são extralinguísticos;

A função directiva e integrativa — a padronização da comunicação e dos comportamentos para assegurar a cooperação e a eficácia de resultados;

A função expressiva — a manifestação da individualidade;


⁶Appel, R.; Muysken, P., op. cit..

A *função fática* — a abertura à comunicação, à alimentação de contactos e a formas de linguagem de identidade grupai;

A *função metalinguística* — a utilização de uma linguagem com a consciência de que tal linguagem e as suas normas são conhecidas do outro;

A *função poética* — a utilização da linguagem como um fim e fonte de prazer em si mesma (as piadas, os trocadilhos, os jogos de palavras).

Tais funções da linguagem reportam-se a determinados domínios cujo *continuum* vai do formal ao íntimo:

formal	<u>funções</u>	<u>domínios</u>
	referencial	a instituição
	directiva/integrativa	o trabalho
	expressiva	a rua
	fática	a vida cultural
	metalinguística	os amigos
	poética	a família
íntimo		

Relacionando as funções da linguagem com as estâncias (ou domínios) conceptuais da fenomenologia psicossocial (fig. 1) temos:

<u>Funções da linguagem</u>	<u>Estâncias conceptuais da fenomenologia psicossocial</u>
referencial	a instituição
directiva/integrativa	a organização
fática	o grupo
metalinguística } poética }	a interrelação
expressiva	a pessoa

[FIGURA 1]

		DESCRIÇÃO	CAMPOS DE OBSERVAÇÃO
Sincro	INSTITUIÇÃO	A dinâmica cultural O poder O estatuto A ordem A alienação O instituído e o contra-instituído ...	Os costumes, os usos Os símbolos Os mitos Os arquétipos colectivos Os valores Os conhecimentos
diacro	ORGANIZAÇÃO	Determinação de objectivos Organização do trabalho: os programas; os projectos Mobilização de recursos Controlo de resultados ...	Significação da resistência à mudança Reacções à organização Conflitos latentes e manifestos Modos de produção Exercício da autoridade
Societal	GRUPO	Debate, conflito Emoções e sentimentos comuns Liderança Papéis Criatividade Princípio da realidade	Linguagem Disposição no espaço Sociabilidade Satisfação ...
Existencial	INTER-RELAÇÃO	Escolhas, simpatias, rejeições Diferenciação, dependência e contradependência Energia da relação ...	Projectão, identificação, transferência Sedução Empatia ...
Generativo	PESSOA	Características diferenciais (idade, sexo...) Emoções, sentimentos, opiniões, julgamentos, atitudes, motivações, conhecimentos, tendências Carácter Conflito pulsional Princípio do prazer ...	Manifestações somáticas Expressão e significação das emoções Angústias Lapsos, actos falhados Símbolos usados Impressões oníricas ...

Fonet:Luís Rodrigues, Docente da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

Resumindo: num contexto multilinguístico, o indivíduo possui uma variedade de códigos à sua escolha, cada um com diferentes funções, sendo certo que cada norma social implica uma determinada especificação funcional e cada acontecimento social apela para um código específico com uma função determinada.

4. MACAU QUE ESPAÇO LINGUÍSTICO?

Em Macau não existe um recenseamento referente à competência (mono, bi ou multi) linguística da sua comunidade de falantes.

Sabemos que se fala português, cantonense, pŭtônghuà, hokkien, teochew, shangainense, inglês, tailandês, tagalog, birma-nês, japonês e outros mas não conhecemos a extensão destes universos.

Tal conhecimento permitiria avaliar o «peso» relativo de cada uma das comunidades, em termos de expressão linguística e de inserção social e económica.

Em Hong Kong, por exemplo, promove-se o ensino de determinados códigos linguísticos no âmbito das Forças de Segurança para efeitos de contactos com tais comunidades ou de serviços de fronteiras, porque, de facto, se conhece a importância dessas comunidades no tecido social.

Mas independentemente da necessidade de se obter informações precisas de natureza linguística sobre a sociedade de Macau, importa agora referir os principais códigos linguísticos que irão protagonizar o futuro linguístico de Macau e em função dos quais os cidadãos de Macau irão proceder ao seu sistema de escolhas: o pŭtônghuà, o cantonense, o português e o inglês.

O pŭtônghuà (hànyŭ)

O pŭtônghuà é a língua oficial da RPC e é natural, portanto, que com o exercício pleno da soberania da RPC sobre Macau, após 1999, esta venha a tornar-se uma «high variety» em relação ao cantonense, usando a tipologia de Ferguson, substituindo inclusivamente a médio prazo o uso do português como «high variety» na Administração.

Em termos de fenomenologia psicossocial, o pŭtônghuà representará a dinâmica cultural, o poder, o estatuto, a ordem, o instituído.

É um código que nada tem de estranho ao falante de cantonês — a mesma herança histórica, a mesma tradição cultural, a mesma escrita, um código «entendível».

O pŭtônghuà é já de resto em Macau uma das importantes línguas de negócios como também é uma das duas línguas das relações políticas e diplomáticas entre Portugal, Macau e a China.

Para além disso, cerca de 70% dos graus académicos de nível

superior obtidos fora de Macau, foram obtidos na RPC e em Taiwan onde o pŭtônghuà é a língua oficial.

Vamos ter portanto quadros médios e superiores na Administração Pública de Macau dominando fluentemente o pŭtônghuà.

O cantonense

O cantonense, língua materna para muitos milhares de habitantes de Macau, tem uma implantação muito importante nos sistemas de ensino primário e secundário. É o código linguístico do processo de socialização na família e na escola, é o código das relações de afecto, é o código da rua. É um «low variety» que aqui significa não-formal, íntimo.

O português

O português é o código da presença histórica portuguesa mas sem inserção social significativa. É o código do necessário bilinguismo funcional maximalista da Administração, do Direito e dos seus operadores e dos Tribunais.

É o código dos Códigos. Poderá ser o código de algumas ilhas institucionais que para sobreviverem terão de demonstrar ser capazes de serem imaginativas.

É porventura o código da pequena diferença que poderá ajudar a que Macau seja diferente dos territórios vizinhos.

O inglês

O inglês é o código da Economia, do «Business». É o código da colonização britânica na Ásia. É, por isso, o bilinguismo da Ásia. É o bilinguismo da Tecnologia. É o esperanto vivo do planeta, porque tem uma literatura e uma história.

Macau será portanto (é-o já de facto) um espaço multilinguís-tico onde irão coexistir, por razões já enunciadas, quatro códigos linguísticos com funções sociais específicas.

Mas dizer que Macau é ou será um espaço multilinguístico é dizer pouco.

É imprescindível que a competência bi ou multilinguística dos seus habitantes não seja incipiente, iletrada.

É imprescindível, por isso, o planeamento linguístico (*language planning*). Tal planeamento envolve a concepção e a implementação de uma política linguística oficial que defina o estatuto de cada código e as respectivas consequências no sistema educativo de Macau.

Enunciarei apenas duas questões sobre este assunto:

- 1.^a Oficializada que está a língua chinesa, é importante definir-se se o pŭtônghuà é ou não o «high variety» da

língua chinesa. Considerando que o é, o código veicular de ensino no ensino superior terá de ser o pŭtŏnghuà. E se aceitarmos que o «low variety» do chinês — o cantonense, se mantém como código veicular de ensino, nos ensinos primário e secundário, há que capacitar os alunos na proficiência do pŭtŏnghuà para efeitos de prosseguimento de estudos superiores.

- 2.^a Oficializada que continuará a ser a língua portuguesa após 1999, é importante definirem-se os domínios da sua aprendizagem.

Tratando-se de um código especificamente dirigido a um bilinguismo funcional, como atrás referi, no âmbito da Administração, do Direito e dos seus operadores e dos Tribunais, em que moldes é que deverá ser ensinado no ensino secundário, para efeitos de prosseguimento de estudos?

Criando uma vertente claramente estruturada e estru-turante, no ensino secundário, para a área do Direito com a perspectiva de ligação às Faculdades de Direito, quer em Macau, quer em Portugal?

O reconhecimento concreto do pluralismo linguístico estará na expressão que for dada a cada um dos códigos linguísticos nos diferentes níveis do sistema educativo e também ao peso específico que cada um vier a representar nos diversos sistemas e meios de comunicação estrategicamente pensados com esse fim.

5. CONCLUSÃO

O estudo da problemática intercultural disponibiliza-nos para o reconhecimento e progressiva interiorização das virtualidades da relatividade cultural dos povos e do direito a essa diferença⁷.

E, neste domínio, a questão da língua tem necessariamente de estar envolvida e ser urna matéria decisiva e permanente de reflexão e análise ou não fosse a escolha dos códigos de comunicação a maneira mais clara dos povos e das pessoas assinalarem o seu desejo de estarem ou de se diferenciarem daqueles que os rodeiam.

Sociedades defensoras de políticas monolinguísticas e monocul-turalistas têm fortes possibilidades de ser ou de se tornarem etnocêntricas. O código linguístico é aí uma expressiva marca de domínio do Território e de distanciação face aos outros que lhe são estranhos. É aí também que se geram fortes apelos à exaltação da

⁷ Rocha, Rui, «Gerir em ambiente intercultural: uma gestão diferente, um diferente gestor», in *Revista Administração* n.º 14, Macau, Dezembro 1991, pág. 477.

identidade étnica e linguística que poderão percorrer várias matizes reducionistas, desde o paroquialismo aos mitos de superioridade.

Macau personifica de algum modo aquilo que será uma nova era da humanidade: uma humanidade interdependentemente solidária na unidade das origens e na diversidade das culturas; uma humanidade que faz confluir naturalmente e dialogar dimensões culturais e códigos linguísticos tão diferentes sabendo respeitar, contudo, os traços de individualidade de cada um desses universos.

BIBLIOGRAFIA

- Appel, R.; Muysken, P.: *Language Contact and Bilingualism*, Edwar Arnold, London, 1988.
- Beardsmore, H. B.: *Bilingualism: Basic Principles, Multilingual Matters Ltd.*, Avon, 1986.
- Crystal, D.: *The Cambridge Encyclopedia of Language*, Cambridge University Press, 1987.
- Ducrot, O.; Todorov, T.: «Dicionário das Ciências de Linguagem», Dom Quixote, Lisboa, Agosto 1973.
- Gary Ngai: «Pluralismo social e cultural de Macau: o impacto no período de transição», in *Revista Administração* n.º 10, Macau, Dezembro 1990.
- Hagége, C.: «O Homem Dialogai», Edições 70, Junho 1990.
- Joo, M. T. W.: *Trends in Language, Literacy and Education in Singapore*, Census Monograph n.º 2, Department of Statistics, Singapore, Dec. 1983.
- Malherbe, M.: *Les Langues de l'Humanite*, Seghers, Paris, 1983.
- Neves, M.; Rosário Rui: «A política linguística em Hong Kong», in *Revista Administração* n.º 1, Macau, Abril de 1988.
- Norman, J.: *Chinese*, Cambridge University Press, 1989.
- Ramsey, S. R.: *The Languages of China*, Princeton University Press, N. J. 1986.
- Rocha, Rui: «Gerir em ambiente intercultural: uma gestão diferente, um diferente gestor», *Revista Administração* n.º 10, Macau, Dezembro 1991.
- Verma, S. K.: *The Changing Roles of Asian Languages*, University National of Singapore, 1984.
- Wardhaugh, R.: *An Introduction to Sociolinguistics*, Basil Blackwell, Oxford, 1989.
- Wardhaugh, R.: *Languages in Competition*, Basil Blackwell, Oxford 1987.

